



Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CENTROS DE PODER NA PROTO-HISTÓRIA DO SUL DE PORTUGAL.

CORREIA, Virgílio Hipólito

Ano: 1999 | Número: 109a

Como citar este documento:

CORREIA, Virgílio Hipólito, Algumas considerações sobre os centros de poder na Proto-história do Sul de Portugal. *Revista de Guimarães*, Volume especial - Actas do Congresso de Proto-História Europeia, 1999, p. 699-714.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmiento.uminho.pt
URL: www.csarmiento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Algumas considerações sobre os centros de poder na Proto-história do Sul de Portugal

Virgílio Hipólito Correia

Revista de Guimarães, Volume Especial, II, Guimarães, 1999, p. 699-714

A reconstituição do processo histórico das populações da Idade do Ferro do Sul de Portugal é indissociável de uma abordagem arqueológica dos centros de poder (económico, social e propriamente político) que marcaram a estrutura dessas sociedades.

O estágio de evolução que a sociedade sidérica atingiu e a forma como o fez, criaram, entre os séc.s VIII e V a.C., uma situação conjuntural em que esses centros de poder não estavam verdadeiramente nucleados, ou seja: em certa medida, que cremos ser correlativa à falta de nucleação de população e à sua incompleta urbanização, vários tipos de núcleos concentravam em si distintos tipos de poder (Correia 1995^a). Esta situação, que não tem sido suficientemente compreendida, nem conceptualmente nem em termos de restituições históricas produzidas pela historiografia (Alarcão 1992, 1996), é, quanto a nós, fulcral em toda a envolvência arqueológica do fenómeno da escrita (lidamos com a mais antiga epigrafia do Ocidente) e dos problemas do período orientalizante, em que a escrita se integra (Correia 1996^a, Untermann 1995).

Como já sustentámos noutras ocasiões, os fenómenos de contacto a média e longa distância e a selecção dos vectores, económicos ou culturais, em que a interacção se produz, durante a Idade do Ferro, são politicamente controlados. Isto deve-se ao facto, que já foi bem salientado (Aubert 1982) de a interacção com o mundo oriental ser um fenómeno ligado ao estrato dominante da sociedade. O orientalizante surge, portanto, como mais um fenómeno de afirmação da elite, e a sua difusão na sociedade

peninsular é, pelo menos ao nível das intenções, mais uma forma de afirmação e um instrumento de peneridade dessa dominância. Portanto, é indispensável abordar os fenómenos políticos se se quer compreender os fenómenos orientalizantes, entre eles a escrita.

Nesta perspectiva vamos tentar abordar três caso, todos eles incidentes na análise dos problemas da escrita do Sudoeste Peninsular, mas distintos quanto à natureza da evidência e da situação geográfica dos sítios arqueológicos. Estas são, todavia, condicionantes do actual estado de avanço da investigação, que não nos é dado ultrapassar.

Fernão Vaz

Conhecem-se muitos tipos de *habitats* da Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal mas, no padrão de povoamento dos séculos VIII a V, parecem ter sido particularmente importantes alguns povoados de características não-urbanas, locais centrais de extensões territoriais significativas, que provavelmente incorporaram uma larga gama de funções económicas e rituais (Correia 1995). O sítio onde estas características melhor se identificaram é Fernão Vaz (Beirão 1972, 1986; Beirão e Gomes 1985; Beirão e Correia 1991, 1994; Correia n.p.).

Trata-se de um edifício de planta notavelmente regular, de que se escavaram cerca de 40%, composto por um grupo de quatro longos compartimentos, divididos internamente, de planta semelhante aos armazéns de Toscanos. O acesso é-lhes permitido por outro grande compartimento rectangular, que funciona como um *nartex* e que forma um dos lados de um grande pátio, onde se entra por um vestíbulo monumental com uma lareira proeminente. Ao lado desta entrada, mas abrindo para o lado oposto, existem duas outras salas, devendo a do lado sul ter funcionado como santuário ou como depósito de objectos rituais. Um raro conjunto de objectos incluindo um *obelos*, dois *kiathoi* e um vaso que se classificaria como um *dinos* com bico, sendo todos os vasos de produção local, tornam provável a hipótese de que algum tipo de libação ou refeição ritual teve lugar nesta sala, ou noutra sala do edifício a que esta servia de depósito.

Este edifício (substantivo que melhor o descreve que “povoado”) é o caso mais nítido de local que centraliza várias actividades de exploração dos recursos naturais: a cerca de 300m situava-se uma jazida mineira, explorada no Calcolítico e de novo na Idade do Ferro (Tavares da Silva e Soares 1977); da exploração agrícola dependente de Fernão Vaz conhece-se o pequeno *habitat* de Porto das Lages (Correia 1989), modesto conjunto de edifícios de limitadíssimas capacidades residenciais. Este padrão reproduz-se por outros sítios arqueológicos da região (Correia 1993).

Os povoados dispersos pela planície do Baixo-Alentejo, de que Fernão Vaz parece ser um paradigma, não eram toda a forma de habitação durante a Idade do Ferro. Povoados fortificados também existiram e, provavelmente, representavam até um maior volume demográfico.

Na zona de Fernão Vaz (Correia 1983, n.p.) tal povoado terá existido na elevação onde actualmente se ergue o santuário de Nossa Senhora da Cola, sítio arqueológico mais conhecido pela povoação árabe escavada nos anos 60, de onde provêm, materiais suficientes para identificar as suas ocupações desde o Bronze Final e a Idade do Ferro.

À ocupação antiga da Cola pertenceram uma espada do Bronze Final, de tipo Monte-sa-Idda, elementos de foice denticulados sobre lasca de sílex, uma fíbula de cotovelo e várias mós de vai-e-vem. Existem também notícias de “vasilhas da Idade do Ferro” e encontrou-se uma urna com joalharia associada. À Idade do Ferro pertenceriam também uma “pequena urna cinerária contendo cinzas e fragmentos de ossos calcinados, os “restos de uma curta espada de antenas”, elementos de arreios de cavalo e um possível fecho de cinturão e um bracelete de bronze. À volta deste povoado encontramos várias necrópoles (Azinhal, Mamôa do Marchicão, Nora Velha II e a reutilização da *tholos* da Nora Velha) que demonstram que os locais de deposição funerária associados à ocupação sidérica do castro da Cola, embora contemporâneos da tradição da arquitectura funerária da região (Correia 1993, 1996), divergem dessa tradição.

Existe um modelo (Kristiansen 1994, 23) de relações externas e modulação interna da morfologia do território que, graficamente, descreve precisamente a situação

que, de um ponto de vista histórico, reconstituimos a propósito do estudo de Fernão Vaz: nos centros, nos povoados nucleados, a densidade populacional elevada e o espectro económico alargado concentra o esforço de representação social nas fortificações, enquanto nas zonas periféricas se escolhe o domínio funerário para a representação social de estruturas de controle mais simples. Este modelo pode ser transposto -com uma grande distorção de escala geográfica, é claro- para a situação em que se integram Fernão Vaz, a Cola e outro importante sítio arqueológico da região, o Carapetal.

Fernão Vaz, ponto simultaneamente central e periférico dentro de uma micro-região intensamente ocupada na Idade do Ferro permite iluminar aspectos cruciais destas teias de relações.

A um nível puramente “rural”, Fernão Vaz -com capacidade de explorar terrenos férteis muito localizados e zonas de minérios- e o Carapetal -em zona de terrenos de sequeiro relativamente abundantes- parecem ter centralizado duas zonas de tipo de povoamento distinto, equidistantes da Cola. A sacralização do espaço através da implantação das necrópoles obedeceu também, aparentemente, a vias distintas: grandes monumentos funerários rodeiam a área de Fernão Vaz; necrópoles com epigrafia parecem rodear o Carapetal.

Estes edifícios, desempenhando o papel de lugares centrais de áreas geográficas de extensão variável, são talvez comparáveis ao palácio-santuário de Cancho Roano (Maluquer 1981, 1983; *id. et al.* 1986, Celestino 1993, 1996), que já foi identificado como uma *regia* (Almagro-Gorbea 1990), o que não parece ser extensível aos casos do Baixo-Alentejo. Parece no entanto seguro que a partir destes locais se dominaram tractos significativos de território cujos recursos aí se concentravam. E, do ponto de vista da metodologia arqueológica, é também muito interessante notar que, também à semelhança de parte da Extremadura e da Alta Andaluzia (Fortea *et al.* 1970, Ortiz 1991), encontramos nesta região um grande conjunto de sítios arqueológicos sidéricos não fortificados, aparentemente de um único tipo, que, sem embargo, recobrem arquitecturas, tipologias e funcionalidades muito diversas: referimo-nos às *turres*, cuja presença parece estender-se ainda a outros pontos do Sul de Portugal (Gibson *et al.* 1998).

Com os dados disponíveis, é sustentável que os *habitats* não fortificados se distribuíam de maneira semelhante à epigrafia, um factor primordial na identificação de sepulturas de prestígio. Quer as inscrições, quer os grandes monumentos funerários têm uma larga distribuição por muitas necrópoles que, na maioria dos casos, estão associadas a pequenos povoados e não a centros urbanos.

O padrão de distribuição das inscrições e dos sítios associados parece ser função da dispersão de recursos naturais. Assim, se as inscrições são indicador de um alto *status* social dentro da sociedade da época, argumentar-se-ia que esse *status* estava directamente ligado a unidades demográficas organizadas em pequenos grupos, dispersos, que exploravam directamente áreas localizadas de recursos naturais particularmente ricos.

A existência de povoados fortificados maiores integra-se neste panorama se forem considerados sítios que centralizavam algumas funções económicas, mas não aquelas funções sociais determinantes que dependiam ainda da exploração directa dos recursos naturais e nas quais assentavam as relações intra-grupais e o *status* social.

As tendências para a rectilinearidade detectáveis nas plantas dos pequenos povoados do interior podem reflectir a difusão de conceitos arquitectónicos dos sítios orientais para os sítios indígenas e, provavelmente, esta divulgação foi paralela à forma como a preponderância económica se exercia, da costa para o interior. Os edifícios singulares do Baixo-Alentejo corresponderiam assim ao primeiro reflexo dos contactos orientalizantes: a função ritual (em sentido lato) seria, neste momento, o principal mecanismo de centralização do território e importações e arquitectura seriam elementos de representação essenciais ao(s) ritual(ais).

Garvão

O “Cerro do Castelo” em Garvão é uma elevação de topo aplanado com uma cota máxima de 124,5m, encaixada entre duas linhas de água, afluentes do Sado. Na parte média da encosta Leste do cerro, foi localizado em 1982 um grande depósito secundário de peças votivas. Para a instalação deste depósito, foi aberta na encosta uma fossa de planta irregular, grosseiramente ovalada, com 10 por 5m cuja abertura parece ter aproveitado um estreito patamar da encosta do cerro. A parte central desta

fossa foi grosseiramente coberta por lajes de xisto entre as quais se produziu um dos achados mais interessantes da escavação: um crânio humano destacado do restante esqueleto, a que voltaremos.

Sobre o nível de fundação do depósito foram colocados grandes contentores de cerâmica, produzidos manualmente, cheios de outras peças cerâmicas, cuidadosamente empilhadas. Os espaços entre estes contentores e entre eles e a margem da fossa foram também preenchidos por peças cerâmicas empilhadas. Por último algumas peças foram ainda depositadas sobre todo este conjunto, chegando, ou originalmente ou por força da acção da sedimentação das terras, a sair ligeiramente da fossa, e foram por sua vez cobertas por blocos de xisto (Beirão *et al.* 1985, 56-60 e 94-103).

A data da constituição do depósito votivo é apontada por uma hemidracma em prata, batida em Gades, de 238 ou 237 a.C., que pode ter circulado até aos finais do séc. III. A sua vida “útil” como ex-voto pode, no entanto, ter sido um pouco mais alongada mas, o fecho do depósito não terá ocorrido para além da primeira metade do séc. II a.C. (Beirão *et al.* 1985, 91 nº 81).

O crânio localizado na base do depósito pertenceu a uma mulher cuja idade oscilava entre os 35 e os 40 anos (Fernandes 1986, 78). A morte foi-lhe provocada por três golpes desferidos na zona occipital e parietal por um instrumento contundente, pesado, dotado de um gume curvo pouco penetrante, que incidiu obliquamente sobre a cabeça da vítima. Foi assim reconstituído que a vítima se encontraria deitada em decúbito ventral, quando lhe foram desferidos sucessivamente três golpes. Qualquer um deles seria o suficiente para lhe provocar a morte, e certamente que com o primeiro deles ela entrou em lipotimia (perda de sentidos). A morfologia das lesões sugere que o instrumento utilizado terá sido um machado de pedra polida de que, aliás, se recolheu um exemplar no depósito (Antunes e Cunha 1986, 84-85). O crânio foi então separado do corpo; a forma como isso se deu e o espaço de tempo que mediou entre este facto e a deposição do crânio como elemento ritual na criação do depósito votivo são, no entanto, indetermináveis. O crânio, estava, aparentemente, associado a alguns ossos de

animais o que sugere um fenómeno de libação sacralizadora associada a um sacrifício humano.

Parece certo que, no topo do Cerro do Castelo de Garvão, existiu o santuário a que o depósito secundário corresponde. Tal santuário faria parte de um povoado de origem antiga e de longa sobrevivência. As cronologias mais antigas para o povoado de Garvão são dadas pelas cerâmicas do Bronze Final recolhidas à superfície e na escavação dos níveis arqueológicos subjacentes ao depósito (camadas 7 e 9 da escavação de 1982/3: Beirão et al. 1985, 59-60), a este período se associando um molde de fundição de armas de bronze. A sobrevivência para além da Idade do Ferro e até ao período romano está documentada por achados numismáticos (Dias e Coelho 1977, nº 1) e por estruturas templares do período romano com as quais se relacionariam duas colunas de mármore recolhidas na vila (Beirão *et al.* 1985, 49, Correia 1996c).

Recentemente, a extensão do povoado da Idade do Ferro pôde ser precisada, graças a escavações levadas a cabo na plataforma a Sul do Cerro do Castelo, que permitiram identificar uma muralha e fosso que parecem ter delimitado o povoado, bem como uma pequena área industrial, onde se identificou um forno atribuível à Idade do Ferro. A extensão da área do povoado pode ser estimada em cerca de 6 hectares, tornando provável que tenha sido um núcleo populacional de carácter propriamente urbano (Correia 1995, 250 n. 3).

Uma das questões em aberto é a da identidade do deus ou deusa que em Garvão de prestou culto. As placas oculadas recolhidas no depósito, retangulares, trapezoidais ou bi-circulares, mostram olhos, quer circulares quer amigdalóides, com os cílios indicados, ou transformados num padrão radial que ocupa toda a placa. São, alegadamente, uma representação dessa divindade. Uma das figuras antropomórficas (infelizmente perdida) era consituída por uma cabeça sobre uma palmeta que desenhava simultaneamente os seios, os membros eram sumariamente indicados. A outra figura mostra uma cabeça tocada (ou apenas com um penteado alto) e um objecto (hemilunar?) suspenso sobre o peito (Beirão et al. 1986, nºs 78-79).

Para estas figurações foi apontada, sobre a base de paralelos iconográficos, a assimilação de uma divindade indígena com uma entidade sincrética *Tanit / Ashtart* /

Demeter, o que não seria um fenómeno inédito na Península (Beirão *et al.* 1986, 217). Não existe, no entanto, qualquer razão para apontar uma associação a *Ataecina* (Gomes e Tavares da Silva 1995, 38) senão a geográfica, que é insuficiente. Mas o panteão cultuado foi, muito provavelmente, muito mais complexo do que a investigação de um depósito secundário poderá algum dia indiciar.

Estamos assim perante uma eloquente demonstração da forma como um povoado nucleado, ainda que suficientemente modesto para nos fazer hesitar antes de o classificar como cidade, concentrava no seu perímetro, para além do efectivo demográfico, que poderia roçar os dois milhares de habitantes, e da competência artesanal e tecnológica que lhe estava associada, outras vertentes de nucleação do território e entre elas a religiosa, obviamente.

A existência de estruturas cultuais em núcleos urbanos pré-romanos está bem documentada no Sudoeste Peninsular, entre outros pontos em Capote (Badajoz, Espanha), onde se localizou um depósito votivo primário: um conjunto de peças selado enquanto decorria a sua utilização ritual (Berrocal 1992, 1994). A estrutura a que o depósito se associava era uma pequena câmara, integrada na estrutura urbana do povoado, largamente aberta para a rua. Um banco onde se empilhavam contentores cerâmicos de uma tipologia particular rodeava as paredes, no centro um altar construído em alvenaria a seco serviu como mesa para uma refeição ritual. Nesta, terá participado, no sentido estrito, um número de pessoas próxima das duas dezenas, logo sendo os animais sacrificados distribuídos pela restante população do povoado. Neste caso parece não ter existido uma noção clara de culto a uma divindade específica, mas sim um ritual público, gentilício ou supra-gentilício, parecendo difícil que uma estrutura como a de Capote pudesse gerar a acumulação de ex-votos capaz de vir a produzir um depósito secundário com a dimensão do de Garvão (Berrocal 1994, 263-275). Por outro lado, o povoado a que os romanos conheceriam sob o nome de *Mirobriga Celticorum* inclui, na sua área mais elevada, um templo cujo estatuto sacro foi suficientemente marcante para que sobrevivesse, com remodelações, até à construção romana do *forum* e com ele coexistisse por um período indeterminado (Correia 1995, 244-246). A prestação de culto a uma divindade num templo como este, poderia, ao fim de um certo

período de tempo e dependendo do volume e tipo de oferendas que o costume e a esfera geográfica de difusão do culto acarretassem, levar à necessidade de criação de depósitos secundários.

Depósitos secundários de peças votivas, terão existido com mais frequência em antigos santuários, em qualquer época, do que a arqueologia tem oportunidade de conhecer e estudar.

No seio das sociedades complexas da Idade do Ferro Peninsular, as divindades terão desempenhado um papel muito importante na consolidação das estruturas supra-gentílicas que agregavam a sociedade. O fenómeno de concentração económica, apenas vagamente indiciado pela concentração de objectos cerâmicos, ligado a estas estruturas religiosas é um dos vectores mais interessantes dos incipientes processos de urbanização. Que o vector religioso, tenha desempenhado um papel significativo na criação de mecanismos de controle e coesão social e económica, pode aliás, ser mais um resultado do padrão de povoamento incluindo estruturas de tipo palacial que vimos a propósito de Fernão Vaz.

Bensafrim

Existiu nas proximidades da Fonte Velha de Bensafrim um local habitado durante a I^a Idade do Ferro cujos habitantes, conhecedores da escrita do Sudoeste, produziram e implantaram epitáfios monumentais nas sepulturas de alguns dos seus membros. Nada conhecemos, directamente, destes habitantes, pois a arqueologia só nos deu, até hoje, achados dispersos e contextos arqueológicos perturbados ou secundários. Da I^a Idade do Ferro de Bensafrim, tudo o que conhecemos é, portanto, a epigrafia propriamente dita.

A variabilidade estilística das inscrições do Sudoeste, e designadamente das de Bensafrim, é grande e os pormenores da distribuição geográfica dos vários grupos são complexos. A paleografia que distingue (entre outros itens) estes grupos demonstram a existência de tendências sistemáticas que devem corresponder a estruturas de ensino/aprendizagem distintas entre si e dotadas de alguma solidez e durabilidade. Estes grupos distinguem-se, do ponto de vista geográfico, segundo uma linha que passa pelas serras algarvias.

Tipificando sociologicamente os diferentes padrões de comportamento da paleografia escolhida para os monumentos nas principais zonas de utilização, chega-se à conclusão que, enquanto no Alentejo é provável a existência de um reduzido núcleo socio-económico que a utiliza, em situações pré-determinadas não muito numerosas, como indica a sua relativa estabilidade, no Algarve estamos perante uma sociedade em que a um mais largo domínio do uso, corresponde uma mais sensível capacidade de variação, ligada a uma pluralidade de centros diferentes, com a correspondente evolução mais sensível da escrita (Naveh 1982, 7). A este fenómeno é correlativo, provavelmente, um complexo padrão de distribuição (quantitativa) das epígrafes (Correia 1996).

Estas realidades têm também uma correspondência lexicológica. Computando todas as coincidências lexicológicas entre os locais onde se detectaram epígrafes (e tratando, portanto, como um só ponto todos os textos atribuíveis a uma mesma necrópole) é possível constituir uma matriz de proximidade lexicológica, que se pode cartografar (em desvio-padrão) como uma superfície de tendência, que distingue a variação das relações entre vários locais sobre ou sob a média de relações inerentes à comunidade linguística de base. No actual estado do deciframento, os principais elementos que constituem esta variabilidade são o uso da fórmula ritual, a antroponímia, na medida em que se consegue isolar e mais algumas realidades lexicais, isoláveis mas não classificáveis (Correia n.p. a).

A superfície de tendência revela a existência de três entidades distintas:

- o “cume” ao redor de Bensafrim, revelador de um papel fulcral como zona de importantes contactos com toda a zona considerada.
- o “vale” correspondente à serra algarvia, que denuncia o isolamento relativo dos vários locais, fruto de uma dependência unívoca relativamente a centros exteriores à sub-região em causa.
- A “planície” coincidente com o Baixo-Alentejo, próxima da média da comunidade linguística, sinónimo de uma situação não polarizada de difusão do uso da escrita.

As epígrafes sidéricas de Bensafrim distinguem-se pelo estilo dos monumentos e pelo simples facto da sua concentração, que é invulgar. Esta concentração permite uma análise dos formulários, pois conservam-se em estado muito

bom dois grandes textos e um pequeno, e em estado mau, mas ainda identificável, um outro texto de média extensão, e estes textos têm uma característica unitária: a proveniência geográfica comum.

É identificável nestes textos um conjunto de lexemas que devem identificar o inumado. Baseia-se esta asserção no pressuposto de que uma lápide funerária se refere sempre ao indivíduo sepultado no local. A formação dos antropónimos, que parece ser feita por aglutinação de sucessivos sufixos, levanta questões linguísticas muito interessantes, pois parecem estar presentes contributos propriamente locais, outros meridionais e outros ainda ibéricos ou celtibéricos.

Por outro lado, a estrutura dos formulários de Bensafrim é muito complexa (Correia n.p. c). Existem aí inscrições cuja estrutura é composta por identificação e fórmula. Esta fórmula, no entanto não é um bloco invariável: não só inclui variantes, como também se demonstra que é segmentável.

Dois textos de Bensafrim intercalam, entre a identificação e a fórmula, um sintagma composto por outros lexemas e uma variante da fórmula (regida por *n.a.m(o)*). Num caso, todo este segundo segmento corresponde à identificação de um outro indivíduo e variante da fórmula (regida por *p(a).a.r.e*). No entanto, isto não parece poder ser interpretado como uma dupla inscrição, destinada a uma sepultura dupla (por exemplo) mas sim um caso em que um indivíduo #2 (+formulário#2) desempenha um papel indeterminável (no actual estado do deciframento) no formulário #1 do indivíduo #1.

Parece, em suma, possível sustentar que a estrutura dos textos de Bensafrim utiliza, por um lado, antropónimos (simples ou compostos) e, por outro, elementos rituais e que, em alguma medida, a antroponímia de indivíduos terceiros pode substituir os elementos rituais. Ou seja, estamos perante genealogias.

Com este dado em mente, somos levados a concluir que o padrão de distribuição das inscrições pelo qual iniciámos a nossa análise, representa muito provavelmente um palimpsesto da distribuição das estratégias genealógicas que é dado prosseguir a alguns centros que, por várias razões que podem ser de riqueza, de maior efectivo demográfico ou ainda outras, desempenham papéis mais importantes.

A existência de um centro com a predominância tão notável de Bensafrim, quando contrastada com a tipificação sociológica da paleografia que fizémos, caracterizaria a zona algarvia como uma zona de maior nucleação, no sentido urbanístico do termo, que se oporia à zona alentejana, não nucleada e onde se assistiria a um maior equilíbrio das estratégias genealógicas ligadas a vários pontos do território, mas devemos concluir com cautela: a necrópole de Bensafrim não está associada a nenhum povoado que se possa considerar nucleado, muito menos a qualquer tipo de cidade. Talvez, portanto, o factor do efectivo demográfico não seja muito importante na criação destas centralidades.

Conclusões

Os três casos que aqui analisámos correspondem a outros tantos pontos de estudo da proto-história do Sul de Portugal que levantam várias questões de interpretação, não só do registo arqueológico a um nível muito imediato, mas também a níveis teóricos e conceptuais (Cf. Correia 1997).

Trata-se de três sítios arqueológicos que estão indissociavelmente ligados ao período e aos horizontes espaciais e culturais orientalizantes e, todavia, a restituição que da sociedade que aí viveu podemos fazer não difere essencialmente de outras análises conduzidas acerca da sociedade sidérica da europa central (Collis 1994).

Esta constatação sugere-nos duas conclusões:

- uma, que vem em reforço daquelas hipóteses que sustentam que, para além de uma evolução temporal bem marcada nos dois períodos fundamentais da proto-história do Sul de Portugal, a Iª e a IIª Idade do Ferro, assistimos a mutações em *continuum* de elementos essenciais da estrutura da sociedade, como sejam o padrão de povoamento (no sentido da nucleação/urbanização), a base económica (sempre no sentido da complexificação. Cf. Correia 1995b), a estrutura hierárquica da sociedade (com a interpenetração dos sectores sacerdotais e guerreiros) ou as esferas de interacção preferencial dos grupos locais (que vão, desde os inícios do milénio, no sentido da chamada “celtização cumulativa”. Cf. Berrocal n.p.).
- A segunda, de nível mais teórico, vai no reforço da oportunidade da premissa de J. Collis (1994, 31) de “olhar para a sociedade da Idade do Ferro em termos não-étnicos

(...[e]) pensar mais em termos de processos de interacção, de câmbio social e económico...”.

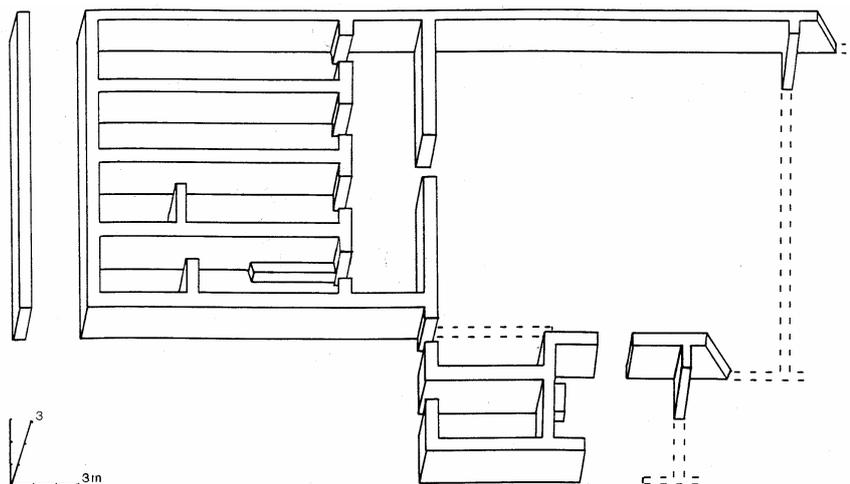


Figura 1 – Fernão Vaz, axonometria (Cf. Correia n.p. b).

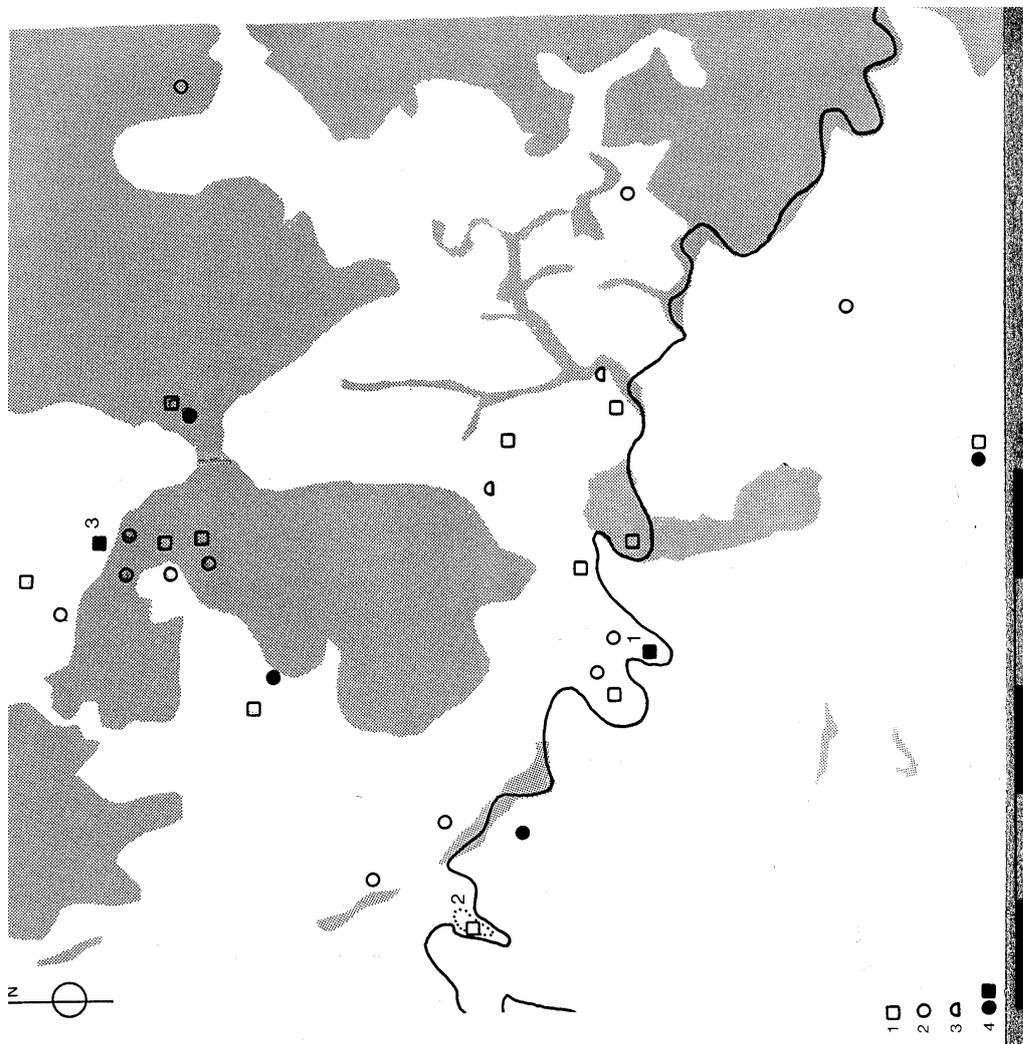


Figura 2 – Povoamento da Idade do Ferro no entorno de Fernão Vaz: 1, povoados; 2, necrópoles; 3, monumentos funerários isolados; *grisé*, terrenos com potencial agrícola (sequeiro).
Sítios: 1, Fernão Vaz; 2, N^a Sr^a da Cola; 3, Carapetal (segundo Correia n.p. b)



casadesarmento

centro de estudos do património

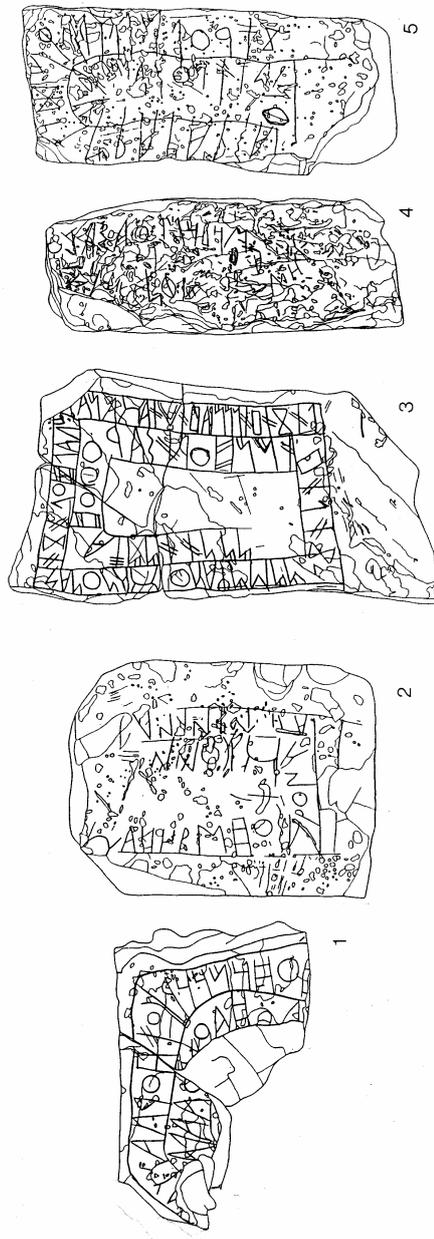


Figura 3 – Bensafrim, lápides epigrafadas com a escrita do Sudoeste (segundo Beirão 1986).

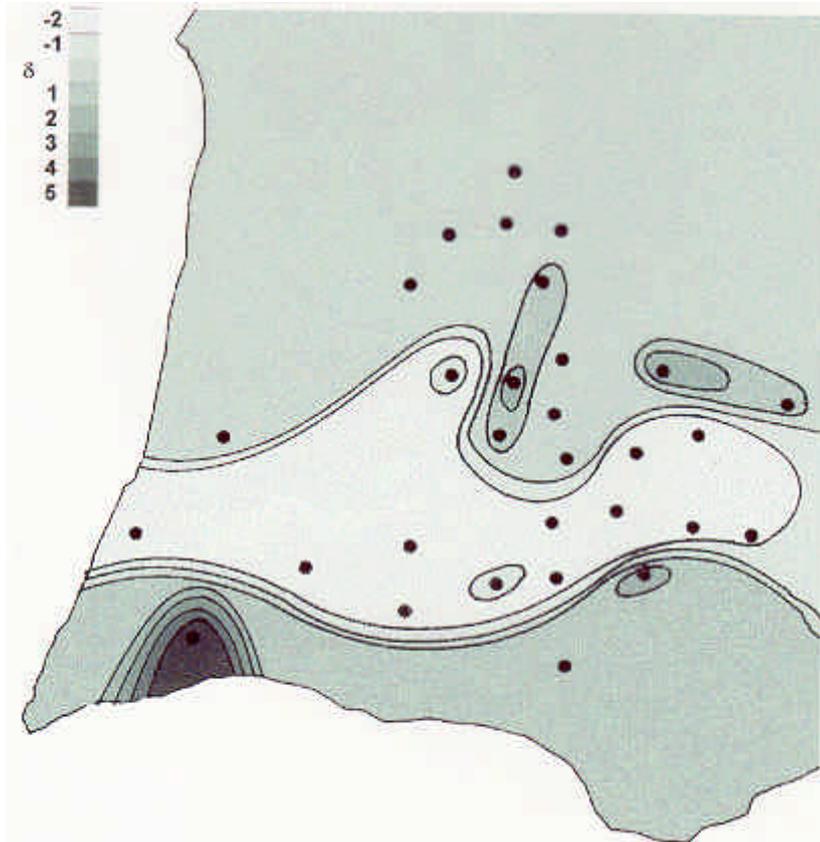


Figura 4 – Coincidências lexicológicas na escrita do Sudoeste, superfície de tendência (segundo Correia, n.p. a, modificado).

Bibliografia

- ALARCÃO, J. 1992: "Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica".
In Almagro-Gorbea, M. e Ruiz Zapatero, G. (eds.) *Paleoetnologia de la Peninsula Ibérica* (Madrid, Ed. Complutense), 339-46.
- 1996 a: "Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal". In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 19-36.
- ALMAGRO-GORBEA, M. 1990: "El periodo orientalizante en Extremadura". In *La cultura tartessica y Extremadura* (Merida, Cuadernos Emeritenses 2), 85-126.
- AUBET, M.E. 1982: "Zur problematik des orientalisierenden horizontes auf der Iberischen Halbinsel". In Niemeyer, H.G. (ed.) *Phonizier im Westen* (Mainz, Madrider Beitrage 8), 309-31.
- BEIRÃO, C. M. 1972: "Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a Idade do Ferro no Sul do país". In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, AAP), II 193-221.
- 1986: *Une civilization protohistorique du Sud du Portugal* (Paris, De Boccard).
- BEIRÃO, C. M. & CORREIA, V. H. 1991: "A cronologia do povoado de Fernão Vaz". *Conimbriga* 30, 5-11.
- 1994: "Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz". In Manjarres, J. e Alvar, J. (eds.) *Homenaje a J. Mª Blazquez -I*, (Madrid, Ed. Clásicas), 285-302.
- BEIRÃO, C. M. & GOMES, M. V. 1980: *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal, Epigrafia e Cultura* (Lisbon, M.N.A.E., Cat. Exp.).
- 1985: "Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal". In *Actas del III Coloquio sobre Lenguas Y Culturas Paleohispanicas*, (Salamanca), 465-502.
- BEIRÃO, C. M., TAVARES DA SILVA, C., GOMES, M. V. e GOMES, R. V. 1985: "Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações". *O Arqueólogo Português* IV-3, 45-135.

- BEIRÃO, C. M., TAVARES DA SILVA, C., SOARES, J. GOMES, M. V. e GOMES, R. V. 1986: "Um depósito votivo da II Idade do Ferro no Sul de Portugal e as suas relações culturais com a Meseta". In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 207-22.
- BERROCAL, L. 1992: *Los pueblos célticos del suroeste de la Península Ibérica* (Madrid, Complutense).
- 1994: *El altar prerromano de Capote* (Madrid, Autónoma).
- n.p.: "Etnogénesis entre los célticos del Suroeste: Una interpretación de la Edad del Hierro en Extremadura y el Sur de Portugal". In *II Congreso de Arqueología Peninsular* (Zamora, 1996), no prelo.
- CELESTINO, S. (ed.) 1993: *El palacio-santuario de Cancho Roano IV* (Badajoz, Museo Arqueológico Provincial-Publicaciones 1).
- (ed.) 1996: *El palacio-santuario de Cancho Roano V-VI-VII* (Badajoz, Museo Arqueológico Provincial-Publicaciones 3).
- COELHO, L. 1971: "Inscrições da necrópole proto-histórica da Herdade do Pêgo, Ourique". *O Arqueólogo Português* III-5, 167-180.
- COLLIS, J. 1994: "Reconstructing Iron Age society". In Kristiansen, K. & Jensen, J. (eds.) *Europe in the First Millennium B.C.* (Sheffield Archaeological Monographs, 6), 31-40.
- CORREA, J. A. 1989: "Posibles antropónimos en las inscripciones en escritura del SO (o tartesia)". *Veleia* 6, 243-52.
- CORREIA, V.H. 1989: "O povoado da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique, Beja)". *Portugalia* II/9-10, 81-92.
- 1993: "As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: Arquitectura e rituais". *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XXXIII, Fasc. 3-4, 351-70. (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, 2).
- 1995 a: "The Iron Age in South and Central Portugal and the Emergence of Urban Centres". In Cunliffe, B. & Keay, S. (eds.) *Social Complexity and the development of towns in Iberia* (Londres, Proceedings of The British Academy, 86), 237-62. (Proc. Brit. Acad. 86).

- 1995 b: “A transição entre o período orientalizante e a Idade do Ferro na Beturia Ocidental (Portugal)”. In Velazquez, A. e Enriquez, J. J. (eds.) *Celtas y Turdulos : La Beturia* (Merida, Cuadernos Emeritenses, 9), 127-50.
 - 1996 a: *A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica* (Porto, Ed. Etnos).
 - 1996 b: “Os povoados da 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal”. In Alarcão, J. (Coord.) *De Ulisses a Viriato* (Lisbon, Inst. Port. de Museus, Cat. Exp.), 82-7.
 - 1996 c: “O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual”. In Alarcão, J. (Coord.) *De Ulisses a Viriato* (Lisbon, Inst. Port. de Museus, Cat. Exp.), 101-6.
 - 1997: “Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua arqueologia”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 37(3-4), 41-85.
 - n.p. a: “O desenvolvimento da escrita pré-latina no Sudoeste da Península Ibérica”. In *II Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, 1996), no prelo.
 - n.p. b: “Fernão vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica”. In *Vipasca*, no prelo.
 - n.p. c: “A epigrafia pré-latina de Bensafrim”. *O Arqueólogo Português* (no prelo).
- FORTEA, J. & BERNIER, J. 1970: *Recintos y fortificaciones ibéricas en la Bética* (Salamanca, Memorias del Seminario de Prehistoria y Arqueologia, 2).
- FRANKENSTEIN, S. 1994: “Regional development in the first Millennium BC: The Phoenicians in Iberia”. In Kristiansen, K. & Jensen, J. (eds.) *Europe in the First Millennium B.C.* (Sheffield Archaeological Monographs, 6), 41-4.
- GIBSON, C.; CORREIA, V.H.; BURGESS, C.B. & BOARDMANN, S. 1998: “Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A preliminary report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval site, 1990-1993”. *Journal of Iberian Archaeology*, nº 0, 189-246.
- GOMES, M.V. & TAVARES DA SILVA, C. 1994: “Garvão: un sanctuaire proto-historique du Sud du Portugal”. *Les Dossiers d'Archéologie* 198, 34-39.
- HOZ, J. 1989 b: “El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional”. In Aubet, M. E. (Coord.) *Tartessos, Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir* (Sabadell, Ed. AUSA), 523-87.

- MALUQUER, J. 1981: *El Santuario Protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz, 1978-1981* (Barcelona, Proyecto de Investigaciones Protohistóricas, 4).
- 1983: *El Santuario Protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz, II, 1981-1985* (Barcelona, Proyecto de Investigaciones Protohistóricas, 5).
- MALUQUER, J.; CELESTINO, S.; GRACIA, F. & MUNILLA, G. 1986: *El Santuario Protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz, III, 1983-1986* (Barcelona, Proyecto de Investigaciones Protohistóricas, 17).
- NAVEH, J. 1982: *Early History of the Alphabet* (Jerusalem, The Magnes Press).
- NIEMEYER, H. G. 1982: “Die phönizische niederlassung Toscanos : eine Zwischenbilanz”. In Niemeyer, H. G. (ed.), *Phönizier im Westen* (Mainz, Madrider Beiträge 8), 185.
- ORTIZ, P. 1991: “Excavaciones y sondeos en los recintos tipo torre de La Serena”. *Extremadura Arqueológica* 2, 301-318.
- TAVARES DA SILVA, C. & SOARES, J. 1977: “Contribuição para o conhecimento dos povoados calcólicos do Baixo Alentejo e Algarve”. *Setúbal Arqueológica* 2-3, 179-272.
- TAVARES, A. A. (ed.) 1993: *Os fenícios no território português* (Lisboa, Inst. Oriental).
- UNTERMANN, J., 1995: “Zum stand der Deutung der ‘tartessischen’ Inschriften”. In Eska, J.F.; Gruffydd, R.G. e Jacobs, N. (Eds.) *Hispano-Gallo-Britonica. Essays in honour of Professor D. Ellis Evans*, Cardiff, Un. Wales Press, 244-259.